

A PROPÓSITO DE UMA POLÍTICA REGIONAL DE "DESENVOLVIMENTO" O CASO DO NORDESTE *

Paulo Henrique N. Martins **

O CAPITAL MONOPOLISTA E AS MUDANÇAS DA POLÍTICA OFICIAL

A dominação dos grupos monopolistas no interior da economia nacional, a partir dos anos cinquenta, operou uma redefinição completa dos circuitos de produção e reprodução do capital, tanto ao nível local, como aos níveis regional e inter-regional. Este processo se traduziu no incremento do crescimento industrial da região Sudeste do País — particularmente em São Paulo — onde se instalou o grosso das novas e modernas indústrias e na reorganização das economias regionais, cujos desempenhos passaram a refletir a influência determinante do Sudeste, mais rico e mais próspero. Essas mudanças verificadas nas atividades econômicas regionais sob a égide do grande capital, obedeceu, compreensivelmente, às especificidades do processo de acumulação nas diferentes regiões econômico-políticas. Assim, tem lugar uma re-divisão inter-regional do trabalho — estimulada a partir do crescimento industrial do Sudeste — onde o Nordeste e o Sul, os dois principais espaços sócio-econômicos secundários, tornam-se "mais exportadores regionais de produtos agrícolas e mais importadores de produtos industrializados do Sudeste" ¹. Por outro lado, o Norte, menos vinculado ao mercado interno na época, sofre pouca influência, mantendo-se razoavelmente isolado e o Centro-Oeste cresce como uma extensão do próprio crescimento do Sudeste ².

Para a realização da hegemonia econômica do capital monopolista, o Estado brasileiro sofreu uma profunda reformulação a nível de sua natureza e de seu funcionamento, esvaziando-se seu caráter assistencialista em favor de um papel mais ativo, onde a intervenção estatal no circuito econômico assume, inclusive, um até então inédito sentido lucrativo. A consequência imediata foi uma clara mudança nos mecanismos tradicionais de financiamento da economia, com

* Trabalho apresentado no 5º Encontro Nacional de Geógrafos da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB). Porto Alegre, Julho de 1982.

** Doutor em "Desenvolvimento Econômico e Social" pela Universidade de Paris I, Panthéon — Sorbonne; professor e pesquisador dos Cursos de Mestrado em Geografia e em História da Universidade Federal de Pernambuco.

(1) OLIVEIRA, Francisco de: *A economia de dependência imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 51.

(2) OLIVEIRA, Francisco de: op. cit., p. 52 e 53.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	Nº 2-3	69 - 78	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	--------	---------	----------------

reflexos na orientação oficial da política fiscal, monetária, cambial e financeira. Neste sentido, observou-se uma reorganização do aparato jurídico-institucional do Estado (como o demonstram a criação das agências de desenvolvimento como a SUDENE, a SUDAM, a SUDECO e a SUDESUL) durante os fins da década de 1950 e inícios da década de 60.

Constitui a SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — bom exemplo do que significa a subordinação de uma “região” secundária a outra região mais rica, onde dominam grupos econômicos oligopolísticos, resultantes da associação do grande capital nativo e estrangeiro. Estruturalmente, esta subordinação surge como uma necessidade de afirmação histórica do capital monopolista. Conjunturalmente, contudo, se define em função das relações de força que a atravessam nos mais diferentes sentidos, em dado momento. Neste caso, a grave crise político-militar de 1964 assumiu um papel decisivo nos rumos que toma a SUDENE, a partir deste instante, os quais não eram seguramente previstos e desejados quando de sua criação. Com a SUDENE e com a adoção do 34/18 — mecanismos de incentivos fiscais que permitiam às pessoas jurídicas deduzirem até 50% do montante de seus impostos sobre a renda, desde que investissem em projetos no Nordeste — a grande burguesia do Sudeste encontrou o veículo ideal para viabilizar a expansão monopolista no interior da região.

Os resultados perversos da “nova industrialização do Nordeste” é de conhecimento público, pois já existe uma série de pesquisas que tratam da questão. Ao invés de trazer o esperado “desenvolvimento”, esta indústria contribuiu apenas para agravar o empobrecimento da região. Caracterizando-se por sua natureza de capital-intensivo, poupadora de mão-de-obra, as novas indústrias dinâmicas implantadas na área — química, mecânica etc. — apenas cumpriram sua missão primeira: a de auxiliar a acumulação da economia do Sudeste, num mesmo impulso de desintegração da indústria urbana tradicional da área. A partir dos inícios dos anos setenta, o resultado modesto da política industrializante da década anterior (praticada através da SUDENE) levou o Governo Federal a rever sua política de “desenvolvimento” da região, dando prioridade, a partir deste instante, à formulação de programas específicos para a agricultura como é o caso da CODEVASF, PROTERRA, POLONORDESTE e SERTANEJO, embora sua linha de promoção de novas indústrias tenha seguido a mesma orientação dos anos sessenta.

Visto a partir do momento presente, transcorrido mais de vinte anos de criação da SUDENE, constata-se facilmente que todos esses programas não produziram o “desenvolvimento” da região, com todos os benefícios sociais e econômicos que deles eram esperados. Ao contrário, observa-se amargamente que a ação oficial apenas auxiliou o processo de concentração de renda e de terras, que se verifica acentuadamente no interior do Nordeste. Em razão disso, questiona-se a eficácia dos planos oficiais e engrossam-se as vozes dos que denunciam o “fracasso” das políticas de “desenvolvimento regional”, que não teriam atingido os objetivos propugnados nos seus “planos diretores”. Essa idéia do

“fracasso” nos parece particularmente interessante como ponto de reflexão, pois nos conduz à revisão crítica sobre seu real sentido. Houve, realmente, um “fracasso”? Antes de nos aprofundarmos no problema nordestino, é necessário esclarecer *para quem* a ação governamental representou um fracasso. Para as classes desfavorecidas é evidente o sentido da resposta; e para as classes dominantes? Tem real fundamento a questão? Essas indagações são postas porque o planejamento que está em discussão é o do capital, que tem por objetivo maior estender o domínio das relações de produção capitalistas na economia. Caso este processo tenha assumido um sentido socialmente injusto, cremos que tem que ser pensada, na verdade, a situação crítica das classes desfavorecidas na cena política, e sua incapacidade de intervenção afirmativa no plano das decisões políticas, o que poderia imprimir, pelo menos, um caráter mais humano ao desenvolvimento do capitalismo no Nordeste. A discussão desse assunto logo nos parece importante para um melhor entendimento da realidade social, econômica e política da região.

O POLÊMICO “FRACASSO” DA POLÍTICA DE “DESENVOLVIMENTO” DO NORDESTE

As discussões a respeito das transformações da economia nordestina, desde a fundação da SUDENE terminam geralmente por focar apenas parte da questão: aquela relacionada com o papel da burguesia internacional associada do Sudeste na reorganização das bases da indústria regional. Como enfatiza Francisco de Oliveira: “... o processo em causa é o da substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais por uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional”³. Embora a observação seja correta, exprimindo uma opinião bem ampla sobre o assunto, peca, no entanto, por certo exagero, ao subestimar a reprodução e a sobrevivência das atividades tradicionais nas novas circunstâncias econômicas imperantes, onde tem lugar a atual divisão inter-regional do trabalho. Sem negar, assim, o papel do capital monopolista, centrado no Sudeste, na reorganização da economia nordestina, não podemos negligenciar, do mesmo modo, o fato de que essa reformulação não é absoluta, na medida em que as atividades tradicionais da região como o açúcar, o algodão e a pecuária, não desapareceram. Ao contrário, procuraram se adaptar às novas circunstâncias. Na verdade, essa visão segundo a qual a presença da burguesia monopolista do Sudeste teria capturado “monopolicamente” a estrutura de poder do Nordeste, a partir dos anos 60, esconde apenas uma imagem preconceituosa e irreal — infelizmente firmada na historiografia — a respeito da natureza histórica das classes dominantes da região, sempre consideradas conservadoras e avessas à presença do capital monopolista na área. Esse pensamento é manifesto, por exemplo, nas palavras de Francisco de Oliveira,

(3) OLIVEIRA, Francisco de: op. cit, p. 55.

quando procura situar a posição da burguesia industrial nordestina — para ele a açucareira/têxtil — face à atuação da SUDENE em favor dos interesses dos monopólios: “Quanto à burguesia industrial nordestina, esta pagou um preço que jamais sonhou; e sua existência é “irrepetible desde siempre y para siempre”, para retomarmos os termos admiráveis de Gabriel García Marquez: no movimento de concentração e centralização do capital no Brasil, e na forma particular que lhe imprimiu o “planejamento da SUDENE, não há lugar para ela”⁴. O mesmo preconceito é representado no tratamento que o autor concede às classes dominantes algodoeiras: “A oligarquia agrária algodoeira-pecuária do Nordeste, que por tanto tempo *acaparou* o Estado e que momentaneamente pensou ter vencido em 1964, sobreviveu apenas para poder escrever (se souber, e na maior parte dos casos não o saberá) seu próprio epitáfio⁵. Além de ser uma posição preconceituosa e injustificadamente fatalista, esse tipo de argumento é também superficial por encobrir toda a complexidade do jogo do poder — que existe efetivamente tanto ao nível da região, como em cada estado e município — no interior do qual, a burguesia monopolista se insinua, firmando alianças em busca de hegemonia, que lhe permite se posicionar favoravelmente no centro das relações de força ali existentes, assegurando, em conseqüência, as condições básicas de sua reprodução. Não se trata, por conseguinte, de um conflito produzido entre forças que se posicionam contra ou a favor da presença do capital monopolista na região. Trata-se, ao contrário, de forças que, no momento de predominância indiscutível do capital monopolista a nível nacional, procuram se atrelar à sua reprodução e assegurar um espaço de sobrevivência na nova e irrecusável situação histórica. A superação desse preconceito sobre o comportamento das classes dominantes locais, frente à presença dos grandes monopólios, significa igualmente a superação de certa visão dual da sociedade brasileira — sempre criticada e sempre reproduzida — de que ao “novo” se opõe o “velho”, ao “tradicional” o “moderno”, ao “pró-capitalista” o “anti-capitalista”. Este é um enfoque que apenas confunde o entendimento da “passagem para as novas formas de acumulação e deslustra a riqueza histórica do “processo burguês”; o processo de organização das novas classes sociais dominantes e dominadas, nas circunstâncias presentes de afirmação do grande capital, no País.

A força desse preconceito — que encobre a própria formação da burguesia no Nordeste — também se estende, no interior do pensamento historiográfico, atingindo a própria concepção de “planejamento”, e sua importância na reprodução da forma capitalista de produção. Assim, o planejamento que, num linguajar mais crítico, é visto como forma condensada e materializada dos conflitos sociais que permite, através da ação estatal, repor as condições fundamentais da produção crescente do valor, tem sua interpretação reduzida, simplesmente — pe-

(4) OLIVEIRA, Francisco de: *Elegia para uma re(li)gião; Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classe*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a. ed., 1981, p. 132.

(5) OLIVEIRA, Francisco de: op. cit., p. 132.

lo menos no estudo do caso Nordeste — à verificação da forma de realização da dominação econômica e política da burguesia monopolista na região. Esta interpretação negligência, conseqüentemente, a indispensável observação crítica do processo de acumulação do capital que tem lugar, com suas particularidades, nas regiões ditas secundárias, situadas fora da região Sudeste como, por exemplo, o Nordeste. O "planejamento" passa a ser visto apenas através de um aspecto: o de sua importância na reprodução setorial e, principalmente, espacial, do *capital monopolista no Brasil*. Esquece-se, dessa maneira — ao se negligenciar a importância do movimento de expansão interna do capital no Nordeste, quanto à organização das novas classes sociais — que esse mesmo planejamento além de sua função tipicamente econômica exerce a importante missão de proporcionar as condições políticas e institucionais necessárias à organização da dominação burguesa na região, seja dos interesses monopolistas, seja dos grupos dominantes locais. A presença do Estado como corpo regulador da atividade econômica local permite a essas classes dominantes locais, usufruírem de um meio de acesso a uma das principais fontes de financiamento da acumulação da sociedade capitalista, constituída pelos empréstimos bancários, isenções tributárias, construção de estradas e açudes etc. Desse modo, os grupos locais se incorporam ao "processo burguês". O que, em outras palavras, significa que essa política pública representa, numa perspectiva econômica, a própria penetração do capital no "campo". É sob essa ótica, inclusive, que deve ser compreendido o fenômeno do "coronelismo" no Nordeste. Esta insinuação do capital na área, produz também um efeito complementar e irreversível: o da conversão lenta mas efetiva das relações de produção tradicionais em relações de produção capitalistas. O antigo "meeiro" ou "arrendatário" tende a desaparecer e ceder lugar ao trabalhador assalariado, que passa a caracterizar mais fortemente a composição da força de trabalho na região. Na zona da mata açucareira, este fenômeno é mais evidente, através da presença problemática do "trabalhador volante". No semi-árido, todavia, as dificuldades de organização, a curto prazo, do mercado de trabalho — devido à fragilidade do processo de acumulação do capital — provoca uma transformação e adaptação das relações de trabalho tradicionais às novas formas de reprodução da economia, dominadas definitivamente pela forma capitalista. Este fenômeno, por exemplo, foi observado em recente estudo coordenado pelo geógrafo Mario Lacerda de Melo, sobre o semi-árido nordestino. Comentando as transformações das relações de trabalho no atual momento de afirmação do processo de "pecuarização", na área, diz Lacerda de Melo: "Passaram, então, os fazendeiros a se interessar pela ampliação de seus rebanhos e foram deixando de ceder glebas aos pequenos agricultores sem terra mediante as compensações tradicionais a eles proporcionadas pelo regime da parceria e pelo regime de arrendamento contra o pagamento em dinheiro ou em produto. Passou a predominar a relação social de produção segundo a qual o pequeno agricultor sem terra compensa o proprietário através do plantio de capim ou de palma na área cultivada. Essa nova modalidade de arrendamento, implicando em uma transferência de renda que se aplica diretamente na estrutura econômica da propriedade pecuaris-

ta, oferece ao proprietário a vantagem de ter ampliado suas áreas de pastagem sem emprego de capital" 6.

O fenômeno "planejamento" deve, por conseguinte, ser entendido em seu sentido mais amplo que não traduz apenas o movimento de afirmação da hegemonia econômica da burguesia monopolista no interior do território nacional. Apressada, igualmente, a transformação das antigas classes dominantes e dominadas em classes burguesas e proletárias, constituindo um passo importante para a fixação do Estado Nacional e da própria dominação monopolista. A ação de "planejamento" não é unidirecional. Não reflete, apenas, os interesses de expansão dos monopólios, que se encontram localizados no Sudeste. Esta ação é, acima de tudo, contraditória, pois se realiza no interior das relações de força na sociedade local, condensando horizontalmente as fricções entre os grupos dominantes e, verticalmente, os conflitos entre dominantes e dominados.

É pelo prisma de análise do "planejamento", como ação dirigida contraditoriamente e conflituosamente pelos grupos localizados nos núcleos decisórios do poder — ao nível municipal, estadual ou federal — que devemos avaliar o "fracasso" ou não das políticas regionais de "desenvolvimento". Assim sendo, observa-se que a intervenção estatal na região não constituiu, de modo algum, "fracasso" para os interesses dominantes — monopolistas ou não monopolistas — pois nenhuma medida foi adotada que pusesse efetivamente em "cheque mate" a propriedade da terra no Nordeste ou a própria forma de organização das principais atividades econômicas tradicionais. A crise da indústria de bens de consumo não duráveis, instalada na região (com a penetração recente das modernas indústrias na área) apenas foi agravada, evidenciando — aquilo que é fenômeno bem conhecido — a fragilidade da burguesia industrial urbana do Nordeste. O mesmo, contudo, não se pode dizer com relação às classes agrárias e agro-industriais. Se algum "fracasso" houve, na verdade, ocorreu do lado das classes dominadas, que presenciaram — ao longo de todos esses anos — a expansão do capitalismo na região, insinuando-se com grande vigor na agricultura, de uma forma que vem marginalizando seriamente o conjunto da sociedade em benefício das classes detentoras do poder. Do ponto de vista dos grupos dominantes, pelo contrário, a política regional de desenvolvimento foi um "êxito", pois vem viabilizando a penetração do capitalismo na área, sob a égide do capital monopolista, sem por em risco o poder das classes dominantes de longa data ali instaladas. Parece-nos oportuno, no momento, lembrar a distinção que J. Ferreira e I. Sampaio fazem a respeito do que denominam de "objetivos reais" e "objetivos aparentes" da política econômica: "Nesta hipótese, seria possível distinguir entre os objetivos *reais* da política, que se revelam no momento de sua implementação, e os objetivos *aparentes* ou declarados, que se incorporam aos documentos oficiais de formulação da política e que são ressaltados na propaganda oficial. Os

(6) LACERDA DE MELO, Mário: "Os agrestes", SUDENE, *Série Estudos Regionais n. 4*, Recife, 1980, pp. 537-538.

objetivos aparentes cumpririam a função ideológica de apresentar o Estado como legitimamente preocupado em atender aos interesses das classes desfavorecidas, enquanto os objetivos reais se revelariam apenas a um exame mais atento das conseqüências da política (afinal o que realmente interessa), conseqüências estas favorecedoras dos interesses das classes politicamente dominantes”⁷.

Enfim, o “fracasso” na política regional de desenvolvimento está muito mais em nossos sentimentos, diariamente violentados pelos seus efeitos extremamente injustos do ponto de vista social, do que dentro da perspectiva do movimento de expansão do capital na região.

RESULTADOS DA POLÍTICA DE “DESENVOLVIMENTO” NO NORDESTE

A implantação no Nordeste de indústrias modernas, de capital intensivo, que expressam provavelmente o principal aspecto da ação da SUDENE na década de 60, representa apenas um dos aspectos da política de “desenvolvimento” da região. A partir da década de setenta, a diversificação dos programas de modernização vai tocar particularmente a agricultura, através dos trabalhos de irrigação, açudagem, crescimento e melhoramento dos rebanhos, abertura de estradas vicinais, aperfeiçoamento dos sistemas de comercialização e crédito etc. O fato vem produzir no Nordeste uma profunda reorganização da atividade econômica tradicional, cujos traços mais gerais ainda estão a merecer melhor estudo. Esta é a outra face da política regional de “desenvolvimento”, cuja natureza e sentido não são conhecidos tão bem como o daquela primeira relacionada com a presença na região da burguesia monopolista do Sudeste. Isto porque a análise de programas de modernização da agricultura nordestina como os do PROTERRA, POLONORDESTE, CODEVASF etc. implicam, principalmente, numa séria reflexão acerca do comportamento das classes dominantes locais e do modo como estas vêm se transformando e se adaptando ao recente estágio monopolista da economia brasileira.

Na atual re-divisão regional do trabalho da economia brasileira, a economia nordestina vem se destacando por:

- regressão da indústria tradicional urbana de bens de consumo não-duráveis; face à competição desigual dos produtos oriundos do Sudeste;
- reorganização das atividades agrícolas e agro-industriais da atividade agrícola da região.

Um exemplo típico de transformação da economia tradicional da região é dado pela atividade açucareira, cujas mudanças recentes no processo de produção, estão longe de confirmar os prognósticos pessimistas daqueles que pregam

(7) FERREIRA, João & SAMPAIO, Iony: “O Sentido da Política”, In: *Política Agrícola do Nordeste: intenções e resultados*, Ministério da Agricultura, Brasília, Edições Binaigre, 1979, p. 325.

sua iminente desativação. Ao contrário, essas mudanças — que indicam a subordinação da atividade ao desenvolvimento de reprodução do capital monopolista no Brasil e no Nordeste — têm simplesmente revelado o vigor político dos produtores de açúcar que conseguiram renovar a base técnica açucareira local sem ter que se sujeitar a situações incômodas que pudessem ameaçar sua posição no “bloco no poder”, a nível regional e nacional. O Governo Federal através dos organismos específicos como o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) implementou programas como o da Racionalização da Agroindústria Açucareira, em 1971; o de Apoio à Agroindústria Açucareira, em 1973; e o Programa Nacional do Alcool, em 1975, que fizeram o setor passar por importantes reformas que ainda estão para serem concluídas. O primeiro aspecto dessa mudança diz respeito à re-divisão intra-regional do trabalho que se processa na produção açucareira regional. Assim, até a década de sessenta, o grande estado produtor de açúcar do Nordeste era Pernambuco, acompanhado por Alagoas e, mais de longe, pelos demais estados. A partir dos fins dos anos 70, porém, observa-se uma reorganização espacial da atividade, onde Alagoas, com a ocupação dos tabuleiros arenosos pela cana-de-açúcar, se converteu no maior produtor da região. Por outro lado, as instalações de destilarias de álcool vieram promover a ocupação de amplos espaços de estados — onde anteriormente o açúcar representava atividade econômica menos importante — como é o caso da Paraíba e Rio Grande do Norte. No que diz respeito à base técnica da produção, observa-se que a política oficial de modernização do setor produziu efeitos verticais, tanto na produção da matéria-prima como na transformação industrial. Na agricultura, passou-se a cultivar o solo de forma mais racional com a seleção de sementes, classificação dos terrenos para aplicação de adubo, uso de herbicidas e outros defensivos e mecanização, na medida possível, conforme as disponibilidades do terreno. Melhorou-se o sistema de coleta e transporte da cana do campo para a fábrica com a substituição dos antigos trens por modernos caminhões; abriram-se estradas vicinais e foram feitos terraceamentos nos terrenos de maior declividade, para facilitar o carregamento da matéria prima.

Na indústria, ampliou-se a capacidade de moagem das fábricas tradicionais com a incorporação de modernos equipamentos adquiridos à indústria mecânica do Sudeste, além de se melhorar a tecnologia adotada. Foram realizadas, também, alterações que produziram aumentos da produtividade industrial e obtenção de açúcar de melhor qualidade. Promoveram-se fusões entre indústrias — com a incorporação das unidades menos competitivas — e foram instaladas novas unidades de transformação nas áreas ainda não absorvidas, até então, pela cana-de-açúcar. Em Pernambuco, particularmente, a pouca disponibilidade de terrenos para a implantação de destilaria autônoma favoreceu a instalação de destilarias anexas às próprias usinas. Ainda é importante ressaltar a modernização dos processos gerenciais e administrativos com a contratação de técnicos qualificados, utilização da computação no controle dos custos, revisão, enfim, dos antigos e superados organogramas das empresas. É verdade que esse progres-

so técnico não contribuiu para alimentar as contradições do setor tipicamente tradicional, como é o caso particular das usinas da mata sul de Pernambuco, permanentemente em crise devido aos altos custos de produção. Mas, não resta dúvida de que essas contradições foram, temporariamente, "amaçoadas". Numa perspectiva social, os resultados dessa modernização no litoral úmido nordestino foram péssimos pois, além de proletarizar em massa a força de trabalho, desalojou a agricultura alimentar da área, cujas terras passaram a ser ocupadas com a cana-de-açúcar. Isso criou um problema suplementar para a reprodução da classe trabalhadora sujeita a baixos — e nem sempre disponíveis — salários, e à escassez de produtos alimentícios básicos.

Esse fenômeno de proletarização perverso do homem no campo nordestino — cujas origens primeiras se situam ao nível da política oficial de "desenvolvimento" da região — também atinge todo o espaço semi-árido. O professor Manuel Correia de Andrade testemunhou o problema, por exemplo, nas áreas de irrigação do São Francisco sob os cuidados da CODEVASF: "Ao se constituir os grandes reservatórios, as entidades ligadas ao poder público, desapropriam as terras dos posseiros e proprietários, não só das áreas a serem inundadas como daquelas que poderão ser beneficiadas pela infra-estrutura do programa.

Os grandes proprietários, recebendo somas ponderáveis, costumam aplicá-las em atividades que dão alto rendimento, como a especulação imobiliária urbana, a aquisição de propriedades rurais em áreas distantes, onde a terra é pouco valorizada ou no mercado de capitais, enquanto os posseiros e os pequenos proprietários que têm menor mobilidade, despojados da terra, dos instrumentos de produção, transferem-se para as cidades ou vilas próximas e passam a procurar um emprego, uma fonte de trabalho. Como a oferta de empregos é muito baixa, logo consomem o salário recebido e ficam reduzidos ao exército de reserva que oferece a sua força de trabalho a quem necessitar de mão-de-obra. Proletarizam-se, ficam desempregados e caem na pobreza e na miséria"⁸. O depoimento acima retrata fielmente o sentido dos planos de modernização aplicados no Nordeste, como também em todo o País. Manipulados pelas classes agrárias tradicionais e pela burguesia monopolista, esses programas viabilizam a formação de uma burguesia agrária no campo, através da proletarização paralela e brutal da força de trabalho da região. Não dispondo de força política para se opor, eficazmente, contra a crueza do processo, a classe trabalhadora não tem como torná-lo mais ameno, mais humano.

Num quadro geral, este processo vem ocorrendo em todo o semi-árido nordestino. Nas áreas não irrigáveis se caracteriza, sobretudo, pela expansão do criatório bovino em detrimento da modesta "lavoura branca". Já em 1971, 90% do crédito rural especializado do Banco do Nordeste do Brasil — que representa

(8) ANDRADE, Manuel Correia de: "A intervenção do Estado e os problemas econômicos e sociais da área irrigada no médio São Francisco", In: *Nordeste: A reforma agrária ainda é necessária?*, Cadernos Guararapes n. 2, Recife, Editora Guararapes, 1981, pp. 62-63.

a metade dos limites de empréstimos do banco — foram aplicados na pecuária⁹. Em conjunto, toda a política oficial contribuiu para acelerar o processo de “pecuarização” que vem se alastrando pelo semi-árido nordestino. Desse modo, enquanto em 1970, o efetivo bovino do Agreste era de 2.500.660 cabeças, em 1975 passa para 3.379.570 cabeças, representando um crescimento relativo de 35,15%. No mesmo período, a área total de lavouras cresceu apenas de 3,52%, passando de 1.672.040 para 1.730.990 hectares¹⁰. Comentando o fenômeno, Mário Lacerda esclarece: “Em sua essência, o processo de mudança em curso no Agreste está acarretando a substituição de um sistema de uso de recursos e da correspondente estrutura sócio-econômica — que se baseiam simultaneamente em atividades pastoris e de policultura — por um sistema e uma estrutura eminentemente pastoris. A região, de um modo geral e mais acentuadamente em alguns de seus espaços, torna-se cada vez menos policultora e está em marcha para a monocultura bovina”¹¹.

No momento atual, tudo indica que esse “modelo” de desenvolvimento do capitalismo no Nordeste tende a prosseguir com todos seus perniciosos efeitos sociais e econômicos que se refletem, em particular, sobre as condições de vida das classes mais desfavorecidas. O problema — que não se reduz apenas ao Nordeste, estendendo-se por outras áreas do País — passa, evidentemente, por uma solução nacional que implica na participação das classes populares nas principais decisões políticas. Contudo, essa solução também tem importantes implicações ao nível regional, estadual e local, o que exige, necessariamente, uma melhor compreensão da natureza e desenvolvimento das relações de força e da estruturação dos centros decisórios do poder a nível dessas instâncias “aparentemente” secundárias. Não é bastante reconhecer a dominação do capital monopolista no Nordeste e demais regiões do País. Mais importante é saber como essa dominação tem se realizado localmente e como tem contribuído concretamente e de modo imprescindível para a dominação dos grupos monopolistas num plano nacional. A transparência dos aparelhos de poder a nível central — importante para uma melhor avaliação do desenvolvimento das relações de força — passa necessariamente pelo esforço de também tornar transparente os núcleos regionais, estaduais e municipais de poder. O problema “regional” assume, portanto, uma feição renovada no atual estágio de dominação do capital monopolista, quando a sociedade brasileira mergulha numa profunda crise econômica e política.

(9) SORJ, Bernardo: *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 105.

(10) LACERDA DE MELO, Mário: op. cit., pp. 532 e 533.

(11) LACERDA DE MELO, Mário: op. cit., p. 535.